



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
Diretoria Jurídica

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

Referência: Licitação NI nº 005/2026 – Critério: melhor combinação de técnica e preço

Processo Administrativo: SEI nº 150001/004816/2023

Assunto: Resposta à Impugnação ao Edital

Impugnante: Martinez & Martinez Advogados Associados

BREVE SÍNTESE DA IMPUGNAÇÃO

A impugnação apresentada pelo escritório Martinez & Martinez Advogados Associados sustenta que diversas cláusulas do Edital da Licitação NI nº 005/2026 da CEDAE restringem indevidamente a competitividade e violam os princípios da isonomia, proporcionalidade, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa.

Como teses centrais, a impugnante questiona a exigência de comprovação de êxito processual para habilitação e pontuação técnica, a valorização exclusiva da experiência perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a desconsideração da experiência profissional adquirida pelos advogados em outros escritórios.

O principal argumento da impugnação é que o edital transforma resultados processuais em critério de qualificação técnica, exigindo demonstração de vitórias em recursos e ações judiciais.

Segundo a impugnante, tal exigência é incompatível com a natureza da advocacia, tradicionalmente reconhecida como obrigação de meio, e não de resultado. Sustenta ainda que a legislação permite exigir experiência compatível com o objeto licitado, mas não o sucesso em demandas judiciais, circunstância que dependeria de fatores externos à atuação do advogado.

A peça também questiona requisitos que, em seu entendimento, favorecem escritórios já estabelecidos no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, critica a pontuação atribuída exclusivamente à atuação perante o TJRJ, a exigência de histórico de atuação simultânea em 30 municípios fluminenses, a necessidade de estrutura física prévia na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a exigência de quantitativos mínimos de equipe e de processos patrocinados sem demonstração dos estudos técnicos que justificariam tais parâmetros. Para a impugnante, tais cláusulas criam barreiras de entrada e restringem a participação de escritórios aptos a executar o

contrato.

Por fim, a impugnação ataca também critérios de pontuação considerados desproporcionais, como a valorização de títulos acadêmicos, publicações e magistério, bem como a regra que determina a desclassificação automática do licitante que obtenha nota zero em qualquer quesito técnico.

Também questiona a subjetividade na distribuição do acervo processual entre os futuros contratados, as amplas restrições ao exercício profissional decorrentes de potenciais conflitos de interesse e solicita esclarecimentos sobre a repartição dos honorários sucumbenciais com a ADVCEDAE.

Ao final, requer a suspensão da licitação, a retificação das cláusulas impugnadas, a republicação do edital e a disponibilização dos estudos e pareceres que fundamentaram as exigências questionadas.

Nesse contexto, passam a ser analisados os argumentos deduzidos pela impugnante, demonstrando-se a regularidade das disposições editalícias questionadas, bem como sua compatibilidade com a legislação aplicável, com as características do objeto licitado e com o interesse público que orienta a contratação pretendida pela CEDAE.

Dos Questionamentos Formulados

A presente impugnação veicula questionamentos que já foram amplamente analisados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro em procedimentos anteriores envolvendo licitações promovidas pela CEDAE para contratação de serviços advocatícios.

Em sucessivas oportunidades, a Corte de Contas examinou exigências relacionadas à qualificação técnica, capacidade operacional, experiência profissional, estrutura de apoio e critérios de avaliação técnica, reconhecendo sua compatibilidade com a legislação aplicável e com os princípios que regem as contratações públicas.

Nesse contexto, destacam-se os Processos nº 115.195-0/18, 103337-2/2017, 100507-8/2017 e 106826-2/2016, nos quais foram apreciadas cláusulas substancialmente semelhantes às ora impugnadas, sem que se verificasse restrição indevida à competitividade ou afronta ao ordenamento jurídico, circunstância que evidencia a aderência do presente edital à orientação consolidada do órgão de controle externo.

No Processo TCE/RJ nº 238.394-6/18, de relatoria do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, que examinou representação formulada pelo próprio escritório Martinez & Martinez Advogados Associados contra a Concorrência Pública nº 201/2018, o Tribunal rejeitou a alegação de restrição à competitividade decorrente da exigência de atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, consignou expressamente que:

“este Tribunal decidiu pela legalidade de tal exigência (...) concluindo que se reputam válidas as exigências de qualificação técnica e econômica desde que se demonstrem necessárias e adequadas em função da natureza e da extensão do objeto a ser contratado.”

No mesmo julgamento, o Relator destacou que a exigência guardava estreita

relação com a realidade operacional da Companhia:

“considerando as particularidades que envolvem o objeto a ser contratado, relacionado a demandas judiciais de massa em uma grande quantidade de municípios, não me parece desproporcional ou irrazoável a exigência (...) a fim de evitar futuros prejuízos à Companhia por inaptidão do escritório para acompanhamento dos processos judiciais.”

O mesmo acórdão também enfrentou questionamentos acerca dos critérios de pontuação técnica relacionados à qualificação dos profissionais e atividades acadêmicas, concluindo que tais critérios não afrontavam a competitividade. Conforme registrado pelo Relator:

“a previsão da pontuação estabelecida não fere os princípios da razoabilidade e da competitividade, visto que os mencionados subitens do Edital detêm caráter meramente classificatório e se afiguram razoáveis.”

Em decisão anterior sobre o mesmo certame, proferida no Processo TCE/RJ nº 238.394-6/18, também sob relatoria do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, o Tribunal reafirmou que as exigências de estrutura administrativa e operacional não configuravam restrição indevida à disputa. Ao julgar improcedente a representação, registrou que:

“os itens questionados do instrumento convocatório não são capazes de restringir a competitividade a ponto de cercear a participação de possíveis interessados ou deixar de guardar relação com as necessidades estritamente ligadas ao objeto da licitação.”

Particularmente relevante para a presente impugnação é o entendimento firmado no Processo TCE/RJ nº 103.337-2/17, de relatoria do Conselheiro-Substituto Rodrigo Melo do Nascimento, que examinou o Edital da Concorrência Pública nº 203/2017 destinado à contratação de escritórios para atuação nos Juizados Especiais. Ao apreciar a justificativa para a prevalência do critério técnico, o Tribunal acolheu integralmente os argumentos da CEDAE e registrou que:

“o objeto em exame possui natureza eminentemente intelectual, onde a qualidade do serviço se encontra proporcionalmente vinculada ao domínio técnico comprovado pelo licitante a ser contratado, configurando-se a atividade jurídica em questão como serviço técnico profissional especializado.”

Prosseguiu o Relator destacando que:

“diante da complexidade e da abrangência dos serviços, a contratação de escritório capacitado e experiente se torna imprescindível para a diminuição dos riscos inerentes às demandas judiciais em tela.”

Ainda nesse mesmo processo, o Tribunal analisou especificamente a alegação de que os critérios de pontuação técnica restringiriam a competitividade do certame, concluindo exatamente o contrário:

“verifica-se que as condições previstas no item 13 do edital, devidamente mensuradas no item 16 do aludido instrumento convocatório, não restringem a participação de interessados no certame.”

A decisão foi além e consignou dado objetivo demonstrando a inexistência de restrição concorrencial:

“14 escritórios de advocacia já manifestaram a intenção de participar do certame (...) afastando-se,

portanto, qualquer possibilidade de ofensa ao caráter competitivo da licitação.”

Também merece destaque o tratamento conferido pelo Tribunal à questão dos honorários sucumbenciais. No mesmo Processo TCE/RJ nº 103.337-2/17, após solicitar esclarecimentos à CEDAE, a Corte considerou plenamente satisfatória a sistemática adotada, registrando expressamente que:

“foram apresentados os esclarecimentos pertinentes ao pagamento dos honorários sucumbenciais ao contratado, que será levantado pela CEDAE e posteriormente transferido para o escritório, em valor equivalente a 50% da verba honorária, tendo sido informado aos escritórios de advocacia, na pesquisa de mercado, que a remuneração incluiria tal verba.”

Por fim, o mesmo acórdão acolheu integralmente a estratégia institucional da Companhia de combinar atuação interna e contratação de escritórios especializados, reconhecendo a racionalidade econômica e operacional do modelo adotado pela empresa. Consta da decisão:

“a CEDAE não possui quadro funcional e estrutura física suficiente para comportar a defesa interna de todos os processos supramencionados (...) outras empresas, dentre elas sociedades de economia mista e empresas públicas, adotam a terceirização em favor de escritórios de renome para a defesa de seus interesses jurídicos.”

E, de forma também relevante para a presente licitação, a área técnica do Tribunal acolheu a justificativa apresentada pela Companhia quanto à economicidade e eficiência do modelo:

“restando comprovada, desta forma, a relação ‘custo x benefício’ da contratação pretendida.”

Esses precedentes demonstram que o TCE/RJ já reconheceu, em decisões reiteradas e transitadas no âmbito administrativo, a legitimidade de critérios destinados a aferir experiência, estrutura operacional, capacidade logística, qualificação técnica e aptidão para absorção de grandes carteiras processuais, entendendo que tais exigências não configuram restrição indevida à competitividade quando justificadas pela dimensão, complexidade e relevância dos serviços jurídicos a serem contratados pela CEDAE.

Assim, após a realização das análises preliminares cabíveis, destaca-se abaixo manifestação detalhada e devidamente fundamentada acerca dos pontos suscitados pela impugnante, com enfrentamento específico de cada uma das alegações formuladas.

1. Exigência de êxito processual (Itens 10.2.3.3, 11.2.3 a 11.2.5 e 13.3.3 a 13.3.5)

A impugnação sustenta que os itens 10.2.3.3, 11.2.3 a 11.2.5 e 13.3.3 a 13.3.5 do Edital seriam ilegais por condicionarem a qualificação técnica e a pontuação dos licitantes à demonstração de êxito processual, circunstância que, segundo a impugnante, seria incompatível com a natureza da advocacia, tradicionalmente reconhecida como obrigação de meio e não de resultado.

A alegação não procede.

Inicialmente, cumpre destacar que o Edital não exige dos licitantes garantia de resultados futuros, tampouco condiciona a execução contratual à obtenção de decisões favoráveis. Em

nenhum momento o instrumento convocatório estabelece obrigação de resultado, percentual mínimo de vitórias futuras ou compromisso de sucesso processual. A atividade advocatícia permanece integralmente submetida à sua natureza jurídica de obrigação de meio.

Os dispositivos impugnados limitam-se a exigir a comprovação de experiências profissionais pretéritas objetivamente verificáveis, relacionadas à atuação em recursos perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Tribunais Superiores e ações coletivas, utilizando decisões favoráveis como elemento de demonstração da efetiva atuação do escritório em matérias compatíveis com o objeto licitado.

Nesse contexto, o Edital não atribui pontuação à simples existência de decisões favoráveis em abstrato. O que se busca aferir é a experiência qualificada efetivamente acumulada pelos licitantes em demandas de elevada complexidade jurídica e relevância institucional, utilizando o resultado obtido como elemento objetivo de comprovação da atuação profissional alegada.

A distinção é fundamental. Uma coisa seria exigir do licitante a promessa de vitória em processos futuros, o que efetivamente seria incompatível com a natureza da advocacia. Outra, completamente diversa, é utilizar o histórico profissional já construído pelo escritório como indicador objetivo da experiência adquirida em matérias semelhantes às que compõem o objeto da contratação. É precisamente essa segunda hipótese que se verifica no presente certame.

A Administração não está avaliando a mera vitória processual como um fim em si mesmo. O que se pretende identificar é a efetiva participação do escritório em demandas submetidas ao contraditório e ao controle jurisdicional, nas quais a atuação profissional produziu resultados concretos e documentadamente comprováveis. O resultado obtido funciona, assim, como evidência objetiva da experiência alegada, e não como requisito autônomo de qualificação.

Em licitações do tipo técnica e preço, especialmente quando destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a Administração possui discricionariedade técnica para estabelecer critérios aptos a distinguir, entre os licitantes habilitados, aqueles que demonstrem maior experiência e qualificação para a execução do objeto contratado. O objetivo da avaliação técnica não é apenas verificar a aptidão mínima dos concorrentes, mas identificar diferenciais qualitativos relevantes para a adequada prestação dos serviços.

Não se desconhece que o resultado de uma demanda judicial depende de múltiplos fatores, inclusive das peculiaridades do caso concreto e da convicção do julgador. Todavia, também é inegável que a atuação bem-sucedida em recursos, ações coletivas, incidentes processuais estratégicos e demandas submetidas aos Tribunais Superiores constitui elemento apto a demonstrar experiência prática diferenciada, domínio técnico e familiaridade com matérias de elevada complexidade.

Importa ressaltar, ainda, que os critérios impugnados não são analisados isoladamente. Eles integram conjunto mais amplo de fatores de avaliação técnica que contemplam capacidade operacional, experiência institucional, qualificação da equipe técnica, atuação perante órgãos jurisdicionais específicos, produção acadêmica e histórico profissional da sociedade licitante. O êxito processual constitui apenas um dos componentes da avaliação global, não sendo suficiente, por si só, para definir a classificação final dos concorrentes.

A legitimidade dessa metodologia já foi reconhecida pelo Tribunal de Contas do

Estado do Rio de Janeiro no Processo nº 116.440-0/18, ao distinguir expressamente os requisitos de habilitação dos critérios de pontuação técnica e afirmar que a Administração pode avaliar objetivamente a experiência profissional e a qualidade dos trabalhos anteriormente desenvolvidos pelos escritórios, de modo a identificar aqueles que efetivamente reúnem melhores condições para executar os serviços licitados.

Naquela oportunidade, consignou a Corte:

“A experiência profissional e a qualidade das peças outrora elaboradas pelo Escritório devem ser objetivamente verificadas no âmbito do procedimento licitatório, de forma a permitir o reconhecimento de que os futuros contratados efetivamente reúnem a experiência necessária, para, associada à formação acadêmica diferenciada que comprovarem, prestar os serviços jurídicos a que se comprometeram.”

No caso concreto, a opção administrativa mostra-se ainda mais justificada diante das peculiaridades do objeto licitado. A contratação envolve a gestão de aproximadamente 15.883 processos judiciais, abrangendo demandas estratégicas, ações coletivas, recursos excepcionais, temas regulatórios e controvérsias de elevada repercussão econômica e institucional para a Companhia.

Nesse cenário, é legítimo que a Administração busque identificar escritórios que demonstrem experiência efetivamente comprovada em situações semelhantes, utilizando critérios objetivos aptos a evidenciar não apenas a atuação formal em processos judiciais, mas a efetiva experiência acumulada em demandas compatíveis com a complexidade do contencioso da CEDAE.

Dessa forma, os itens 10.2.3.3, 11.2.3 a 11.2.5 e 13.3.3 a 13.3.5 do Edital não instituem obrigação de resultado, não transformam a advocacia em atividade sujeita à garantia de êxito e não restringem indevidamente a competitividade do certame. Constituem, ao contrário, mecanismo legítimo de aferição da experiência profissional qualificada dos licitantes, compatível com a natureza da contratação e com a jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

2. Valorização exclusiva da experiência perante o TJRJ (Itens 11.2.2 e 13.3.2)

Conforme expressamente justificado na Observação 1 do item 13.3.2 do Edital, a regra não é discriminatória e visa assegurar o pleno conhecimento das normas internas, provimentos, regimentos e rotinas cartorárias do TJRJ.

Tratando-se de patrocínio de contencioso massificado voltado para um acervo inicial de 15.883 processos sediados prioritariamente no Estado do Rio de Janeiro, a familiaridade com a jurisprudência local vincula-se diretamente à celeridade e eficiência da execução contratual.

Cumprir destacar que os itens impugnados não constituem requisito de habilitação nem impedem a participação de qualquer licitante no certame. Tratam-se exclusivamente de critérios de pontuação técnica, inseridos em licitação do tipo "técnica e preço", cuja disciplina decorre do art. 46 da Lei nº 8.666/93, que expressamente autoriza a Administração a avaliar a capacitação e a experiência do proponente, bem como a qualificação das equipes técnicas mobilizadas para execução do objeto.

Ao apreciar questionamento idêntico formulado contra edital da própria CEDAE, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro consignou que os critérios de pontuação técnica devem ser analisados à luz da natureza específica do objeto licitado e das necessidades concretas da Administração. Nesse sentido, registrou que:

"A definição dos quesitos de pontuação técnica deve observar a natureza dos serviços a serem contratados e estar compatível com as necessidades da administração." (TCE-RJ, Processo nº 116.440-0/18, Voto Revisor do Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento).

No mesmo julgamento, o Tribunal observou que o edital da CEDAE avaliava, entre outros aspectos, a experiência profissional perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, reconhecendo expressamente que tais critérios estavam relacionados à capacitação e à experiência do proponente, bem como à sua capacidade operacional para execução do contrato.

O TCE-RJ também assentou que a Administração possui discricionariedade técnica para definir critérios específicos de avaliação, desde que guardem pertinência com o objeto licitado. Conforme consignado no voto:

"Reconhece-se certa discricionariedade por parte da Administração na definição das condições específicas previstas no instrumento convocatório que deverão ser comprovadas pelos interessados em participar da licitação, desde que se demonstrem necessárias e adequadas em função da natureza e da extensão do objeto a ser contratado, de modo a não frustrar a competitividade do certame."

Mais adiante, o Tribunal destacou que a validade de eventual diferenciação não pode ser examinada de forma abstrata, devendo ser considerada a realidade concreta da contratação:

"É imperioso examinar o objeto concreto da licitação e identificar as suas características. Em face de tais circunstâncias da vida real, tornar-se-á possível identificar se a discriminação é pertinente e relevante para selecionar a proposta mais vantajosa."

No caso da presente contratação, a experiência perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro não foi escolhida por mero critério geográfico, mas em razão das peculiaridades do contencioso da CEDAE, que tramita predominantemente perante o Poder Judiciário fluminense.

A atuação recorrente perante o TJRJ proporciona conhecimento específico acerca da organização judiciária local, da distribuição territorial das comarcas, das rotinas processuais, dos sistemas eletrônicos utilizados, dos núcleos especializados, dos centros de conciliação e da jurisprudência consolidada das Câmaras Cíveis e das Seções especializadas que julgam matérias afetas à Companhia.

Trata-se, portanto, de experiência diretamente relacionada ao objeto contratual e apta a produzir ganhos concretos de eficiência, produtividade e redução de riscos operacionais, especialmente diante do elevado volume processual administrado pela CEDAE.

Importa ressaltar que o próprio TCE-RJ afastou a alegação de que a valorização de experiências específicas configuraria restrição à competitividade, registrando que exigências relacionadas à qualificação técnica somente são ilegais quando desproporcionais ou destituídas de pertinência com o objeto licitado. Ao contrário, concluiu que são legítimas as exigências que visam assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a adequada execução do contrato.

Dessa forma, a pontuação atribuída à experiência perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro constitui critério técnico legítimo, objetivamente justificável e diretamente relacionado às características do objeto licitado, não representando restrição geográfica indevida nem afronta aos princípios da isonomia ou da competitividade.

3. Experiência adquirida em outros escritórios (Itens 10.2.3.1, "i", subitem 3 e Observações 1 dos itens 11.2.2 a 11.2.5)

A impugnação também não merece prosperar quanto à alegação de que o Edital desconsideraria a experiência profissional adquirida pelos advogados em outras sociedades de advocacia. A exigência de apresentação de peças processuais emitidas sob o timbre da própria sociedade licitante não tem por finalidade negar a experiência individual dos profissionais integrantes da equipe técnica, mas assegurar a adequada aferição da capacidade técnico-operacional da pessoa jurídica que pretende contratar com a CEDAE.

A presente licitação não objetiva apenas identificar advogados experientes individualmente considerados, mas selecionar sociedades de advocacia capazes de assumir e gerenciar um acervo de aproximadamente 15.883 processos judiciais, na proporção de $\frac{1}{3}$ para cada escritório, com todas as exigências de estrutura administrativa, controle gerencial, supervisão técnica, padronização de procedimentos, gestão de equipes e acompanhamento processual inerentes ao objeto contratado.

Por essa razão, mostra-se legítimo que a Administração avalie não apenas a qualificação dos profissionais, mas também a experiência efetivamente acumulada pela organização empresarial responsável pela execução dos serviços.

A exigência de peças produzidas ou subscritas no âmbito da própria sociedade licitante constitui mecanismo objetivo de autenticação documental e de verificação da experiência institucional do escritório, impedindo a transferência indiscriminada de acervos profissionais entre pessoas jurídicas distintas e assegurando que a estrutura organizacional apresentada possua histórico efetivo de atuação compatível com a complexidade da contratação.

Trata-se, portanto, de critério voltado à aferição da experiência da sociedade concorrente, e não da experiência individual dos advogados que a integram.

Essa distinção foi expressamente reconhecida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no Processo nº 116.440-0/18. Ao analisar impugnação idêntica, a Corte consignou que os critérios de pontuação técnica não se confundem com os requisitos de qualificação técnica previstos para a fase de habilitação, estando submetidos à disciplina própria das licitações do tipo técnica e preço.

Na ocasião, o TCE-RJ concluiu que a pontuação atribuída a peças processuais elaboradas ou assinadas por sócios da sociedade de advogados permite avaliar os trabalhos de maior relevância e complexidade desenvolvidos pelo escritório, refletindo sua experiência institucional, capacidade de supervisão técnica e qualificação diferenciada.

No Âmbito do Processo nº 116.440-0/18 do TCE/RJ, restou assentado:

“O representante sustenta que os itens 13.2.4 e 13.2.5 do Edital de Licitação são ilegais por violarem o

art. 30 da Lei Federal n.º 8.666/93 na medida em que desprezariam a experiência dos profissionais associados que, de igual maneira, integram o acervo da sociedade licitante. O apelo apresentado, contudo, não merece prosperar visto que o art. 30 da Lei de Licitações se refere à “qualificação técnica”, inserida na fase de “habilitação” das propostas, e não aos critérios de “pontuação das propostas técnicas” – objeto do Item 13 - matéria submetida ao art. 46, § 1º e 2º, da Lei Federal n.º 8.666/93. A busca pela competitividade deve nortear todos os torneios licitatórios promovidos pela Administração Pública, contudo, em busca desse ideário, o edital não pode ignorar a prática comumente verificada no mercado em questão. De modo geral, os escritórios de advocacia já consolidados se organizam internamente entre advogados sócios, associados e empregados. O sócio advogado ostenta vasta formação acadêmica (teórica - considerável grau de especialização acadêmica) e robusta experiência prática, suficiente para exercer comando e influência sobre o grupo de profissionais de grau hierárquico inferior (advogados associados ou celetistas). Em face disso, não é irrazoável crer – embora se respeite o entendimento em contrário – que os itens 13.2.4 e 13.2.5 do Edital de Licitação não restrinjam o caráter competitivo do certame em comento, porquanto, ao se pontuar as peças processuais elaboradas ou assinadas por um dos sócios da sociedade de advogados, avaliam-se os trabalhos mais “relevantes” ou “complexos” feitos pelo escritório, já que mereceram supervisão qualificada ou outros atributos que recomendaram a atuação de um advogado mais experiente e com qualificação diferenciada em relação ao todo. A experiência profissional e a qualidade das peças outrora elaboradas pelo Escritório devem ser objetivamente verificadas no âmbito do procedimento licitatório, de forma a permitir o reconhecimento de que os futuros contratados efetivamente reúnem a experiência necessária, para, associada à formação acadêmica diferenciada que comprovarem, prestar os serviços jurídicos a que se comprometeram. Nesse ponto específico, resta evidente que o instrumento convocatório não feriu qualquer dos princípios da Lei de Licitações. “

O Tribunal destacou, ainda, que a experiência profissional e a qualidade dos trabalhos anteriormente desenvolvidos pelo escritório devem ser verificadas de forma objetiva no procedimento licitatório, justamente para assegurar que os futuros contratados possuam experiência compatível com os serviços que se propõem a executar. Reconheceu, por consequência, que critérios dessa natureza não restringem a competitividade nem afrontam os princípios que regem as licitações, constituindo instrumento legítimo para seleção da proposta tecnicamente mais qualificada.

Dessa forma, a exigência impugnada não impede a participação de escritórios compostos por profissionais experientes nem desconsidera a qualificação individual de seus integrantes.

Apenas estabelece mecanismo objetivo para aferição da experiência institucional da própria sociedade licitante, elemento essencial em contratação voltada à gestão de contencioso massificado e de elevada complexidade operacional. Por essa razão, a cláusula revela-se legítima, proporcional e plenamente aderente à orientação já consolidada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

4. Desclassificação automática por zerar quesito técnico isolado (Item 13.4.3)

A impugnante sustenta que a previsão constante do item 13.4.3 do Edital seria desproporcional por atribuir caráter eliminatório a critérios que reputa acessórios, especialmente aqueles relacionados à titulação acadêmica, produção intelectual e exercício do magistério jurídico.

A alegação, contudo, decorre de interpretação equivocada da sistemática de avaliação técnica adotada pelo Edital.

Inicialmente, cumpre destacar que o item 13.4.3 dispõe expressamente que: "Será desclassificada a licitante que obtiver menos de 50 (cinquenta) pontos na Nota Técnica Final ou que obtiver nota zero em qualquer dos fatores de avaliação técnica."

Verifica-se, portanto, que a regra não se refere a itens isolados ou subcritérios específicos, mas aos fatores de avaliação técnica concebidos pela Administração para aferir, de forma abrangente, a qualificação dos licitantes. Trata-se de metodologia estruturada para garantir que os concorrentes demonstrem aderência mínima a todas as dimensões consideradas relevantes para a adequada execução do objeto contratual.

Nesse contexto, a impugnação incorre em equívoco ao afirmar que a ausência de publicação de livros, doutorado ou exercício do magistério, isoladamente considerados, seria suficiente para acarretar a desclassificação da licitante. Isso porque o próprio Edital não atribui pontuação a um único requisito acadêmico, mas sim a um conjunto de qualificações reunidas no Fator VII, denominado: "Experiência profissional da equipe técnica em função de diplomas, certificados expedidos e publicações."

O referido fator contempla múltiplos elementos de qualificação, dentre eles cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado, exercício do magistério jurídico e publicações especializadas, os quais podem ser apresentados de forma alternativa ou cumulativa para fins de pontuação.

Assim, a obtenção de nota zero no Fator VII somente ocorrerá quando a equipe técnica indicada não apresentar qualquer qualificação acadêmica ou produção intelectual dentre aquelas expressamente previstas no Edital. Não se exige que a licitante possua livros publicados, nem que seus integrantes sejam doutores ou professores universitários. Exige-se apenas a demonstração de algum nível mínimo de qualificação acadêmica dentro do conjunto de critérios eleitos pela Administração como relevantes para a contratação.

Importa observar, ademais, que o próprio Edital evidencia o caráter complementar desse fator ao atribuir-lhe peso reduzido na composição da nota técnica. Conforme previsto na matriz de pontuação, o Fator VII possui pontuação máxima de 30 pontos em um universo de 1.000 pontos possíveis, representando apenas 3% da avaliação técnica total. Tal circunstância demonstra que a Administração não pretendeu conferir protagonismo à titulação acadêmica, mas apenas reconhecê-la como elemento adicional de qualificação profissional.

Por outro lado, a regra do item 13.4.3 possui finalidade diversa da mera atribuição de pontuação. Seu objetivo é assegurar que todos os licitantes classificados demonstrem aderência mínima ao conjunto dos fatores de avaliação previamente definidos pela Administração. Admitir que um concorrente obtenha nota zero em determinado fator e, ainda assim, permaneça classificado significaria reconhecer que aquele critério é irrelevante para o julgamento, esvaziando a própria razão de sua inclusão na metodologia de avaliação técnica.

A lógica adotada revela-se especialmente adequada à presente contratação, que não se restringe à gestão operacional de processos repetitivos. O objeto licitado compreende a condução de aproximadamente 15.883 processos judiciais, incluindo recursos perante os Tribunais Superiores, ações coletivas, incidentes processuais estratégicos e demandas de elevada repercussão

econômica e institucional. Nesse cenário, mostra-se legítimo que a Administração considere, entre os diversos fatores de avaliação, elementos relacionados à formação acadêmica, à produção intelectual e ao desenvolvimento técnico dos profissionais que comporão a equipe responsável pela execução contratual.

Além disso, a metodologia de julgamento foi previamente divulgada a todos os interessados, observando os princípios da publicidade, da transparência e do julgamento objetivo. Todos os licitantes tiveram pleno conhecimento dos fatores avaliados, de seus respectivos pesos e das condições de classificação estabelecidas no instrumento convocatório, inexistindo qualquer elemento surpresa ou tratamento desigual entre os concorrentes.

Dessa forma, a regra prevista no item 13.4.3 não transforma critérios acadêmicos em requisitos autônomos de habilitação nem impõe exigências desproporcionais aos licitantes. Ao contrário, limita-se a assegurar que os participantes classificados demonstrem qualificação mínima em todos os fatores de avaliação técnica definidos pela Administração, preservando a coerência da metodologia adotada e a busca da proposta mais vantajosa para a CEDAE. Por tais razões, não merece acolhimento o pedido de alteração da cláusula impugnada.

Repise-se que o mesmo critério foi anteriormente submetido a análise pelo TCE que, por sua vez, não encontrou qualquer violação à competitividade.

5. Critérios acadêmicos (Itens 11.2.7 e 13.3.7)

Também não merece acolhimento a impugnação dirigida aos critérios acadêmicos previstos nos itens 11.2.7 e 13.3.7 do Edital. A alegação de que a publicação de livros, a titulação acadêmica e o exercício do magistério não guardariam correlação com a gestão de contencioso massificado desconsidera a natureza da licitação, estruturada sob o critério de técnica e preço, bem como a reduzida relevância quantitativa atribuída a esse fator de avaliação.

Inicialmente, cumpre destacar que o Fator VII possui caráter estritamente classificatório e representa apenas 30 pontos em um universo de 1.000 pontos possíveis na avaliação técnica, correspondendo a apenas 3% da pontuação total. Trata-se, portanto, de critério acessório e residual, incapaz de influenciar isoladamente o resultado da licitação ou de afastar licitantes tecnicamente qualificados. Sua finalidade é apenas conferir distinção marginal entre propostas que já tenham demonstrado experiência e capacidade operacional compatíveis com o objeto contratado.

Além disso, embora a execução do contrato envolva relevante componente operacional, não se pode ignorar que a defesa dos interesses da CEDAE em milhares de processos judiciais exige constante desenvolvimento de teses jurídicas, enfrentamento de matérias complexas e atuação estratégica em temas repetitivos, recursos de massa, demandas coletivas, incidentes de resolução de demandas repetitivas, recursos excepcionais e questões de elevada repercussão econômica e institucional.

Nesse contexto, a produção acadêmica, a atividade docente e a formação jurídica diferenciada constituem indicadores objetivos de aprofundamento técnico e especialização profissional que podem legitimamente ser considerados pela Administração como fatores complementares de avaliação.

A legalidade desse critério já foi expressamente reconhecida pelo Tribunal de

Contas do Estado do Rio de Janeiro no Processo nº 116.500-6/18. Naquele julgamento, ao analisar questionamento idêntico formulado contra edital da própria CEDAE, a Corte afastou a alegação de ofensa à competitividade e à razoabilidade decorrente da atribuição de pontuação para exercício do magistério jurídico, participação em bancas examinadoras e outros títulos acadêmicos.

O Plenário concluiu que tais critérios possuem natureza meramente classificatória e não comprometem a competitividade do certame, razão pela qual julgou improcedente a representação.

A decisão é particularmente relevante porque enfrentou precisamente o argumento de que o objeto contratual envolveria demandas de natureza rotineira ou repetitiva. Ainda assim, o TCE-RJ reconheceu a legitimidade da valoração de títulos acadêmicos como elemento complementar de avaliação técnica, assentando que a Administração pode estabelecer critérios de diferenciação entre licitantes desde que observados os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, o que se verifica plenamente no presente caso.

Dessa forma, considerando o reduzido peso atribuído ao Fator VII, sua natureza exclusivamente classificatória e a expressa validação de critérios semelhantes pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, não há qualquer fundamento para sua exclusão ou redução. Os critérios acadêmicos previstos no Edital mostram-se proporcionais, razoáveis e compatíveis com a busca da proposta tecnicamente mais qualificada, sem produzir qualquer restrição indevida à competitividade do certame.

O tema do ponto de impugnação já foi objeto do Processo TCE-RJ no 116.500-6/18, do qual destaco, a seguir, trecho da Decisão Plenária de 27/11/2018:

“Sobre a análise de mérito, rememoro os questionamentos veiculados pela representante em sua petição inicial:

1. Atribuição de pontuação para advogados que comprovarem o exercício do magistério jurídico e participação em bancas examinadoras de concurso (item 13.2.7), o que seria violador do princípio da competitividade e desarrazoado, uma vez que as ações a ser objeto do contrato têm natureza corriqueira;

(...)

Em relação aos questionamentos nº 1, nº 2 e nº 6, alinho-me à análise efetuada pelo Corpo Instrutivo, no sentido de que a previsão da pontuação estabelecida não fere os princípios da razoabilidade e da competitividade, visto que os mencionados subitens do Edital detêm caráter meramente classificatório e se afiguram razoáveis, razão pela qual concordo quanto à improcedência de tais questionamentos.

Assim, entendo que não merecem prosperar as alegações suscitadas pelo representante, motivo pelo qual concluo pela Improcedência desta Representação quanto ao mérito.”

6. Exigência de estrutura física prévia no Rio de Janeiro (Item 10.2.3.1, alínea "f")

A impugnante sustenta que as exigências constantes do item 10.2.3, alíneas “d” e “d.1”, do Edital restringiriam indevidamente a competitividade do certame ao favorecer escritórios sediados no Estado do Rio de Janeiro.

A alegação não merece prosperar.

Inicialmente, impõe-se reproduzir os dispositivos impugnados:

Item 10.2.3, alínea "d" – comprovação de disponibilidade de estrutura física apta à execução dos serviços objeto da contratação.

Item 10.2.3, alínea "d.1" – demonstração de que a estrutura disponibilizada permitirá o adequado atendimento das demandas decorrentes da execução contratual, observadas as peculiaridades do contencioso judicial da CEDAE.

A simples leitura dos dispositivos evidencia que o Edital não exige que a licitante possua sede, filial, escritório ou estabelecimento previamente constituído no Estado do Rio de Janeiro como condição para participação na licitação. Tampouco condiciona a habilitação à comprovação de domicílio profissional, inscrição suplementar ou qualquer outro vínculo territorial prévio com o Estado.

O que se exige é apenas a demonstração de que a futura contratada possuirá, quando da execução contratual, estrutura física compatível com a magnitude dos serviços a serem prestados. Trata-se de exigência relacionada à capacidade operacional necessária ao cumprimento do contrato, e não de requisito geográfico destinado a restringir a competição.

A distinção é relevante. Caso o Edital exigisse a existência de estabelecimento prévio no Estado do Rio de Janeiro como condição para participação no certame, poder-se-ia cogitar eventual restrição à competitividade. Não é essa, contudo, a hipótese dos autos. O instrumento convocatório permite a participação de escritórios sediados em qualquer unidade da federação, exigindo apenas que a estrutura necessária esteja disponível no momento da execução contratual.

A contratação em questão envolve a gestão de aproximadamente 15.883 processos judiciais, na proporção de $\frac{1}{3}$ para cada escritório, distribuídos por diversas comarcas do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo audiências, diligências, perícias, reuniões técnicas, atendimento à fiscalização contratual e interação permanente com a estrutura jurídica da Companhia. É, portanto, plenamente razoável que a Administração exija da futura contratada capacidade operacional compatível com a dimensão do objeto licitado.

A exigência mostra-se ainda mais justificada diante da necessidade de integração contínua entre os escritórios contratados e o corpo jurídico interno da CEDAE. Conforme previsto no próprio Edital, a execução dos serviços ocorrerá de forma coordenada e compartilhada, exigindo interlocução frequente com a fiscalização contratual, participação em reuniões de alinhamento estratégico, acompanhamento de temas sensíveis e atuação articulada na condução do contencioso da Companhia.

Importa destacar, ademais, que cláusula substancialmente idêntica já foi objeto de sucessivas análises por parte do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos Processos nº 115.195-0/18, 103337-2/2017, 100507-8/2017 e 106826-2/2016, sem que tenha sido identificada qualquer ofensa aos princípios da competitividade, da isonomia ou da ampla participação de licitantes.

A jurisprudência administrativa consolidada dessa Corte de Contas reconheceu que exigências relacionadas à estrutura operacional do futuro contratado são legítimas quando guardam pertinência com a natureza e a extensão do objeto licitado, exatamente como ocorre no presente caso.

Dessa forma, as cláusulas constantes do item 10.2.3, alíneas “d” e “d.1”, não estabelecem reserva de mercado, não favorecem escritórios locais e não criam barreiras indevidas à participação de sociedades de advocacia sediadas em outras unidades da federação. Limitam-se a exigir capacidade operacional compatível com a execução do contrato, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e com os princípios que regem as contratações públicas.

7. Equipe mínima de 10 advogados e 4 auxiliares (Item 10.2.3.1, alíneas "b" e "d")

A impugnação não merece acolhimento. A exigência de equipe mínima composta por 10 advogados e 4 auxiliares não constitui requisito arbitrário ou desprovido de fundamentação técnica, mas decorre diretamente das características e da dimensão do objeto contratado. Trata-se de contratação voltada à gestão de um acervo de aproximadamente 15.883 processos judiciais, distribuídos em três lotes, o que representa uma média de cerca de 5.294 processos sob responsabilidade de cada contratado, além do ingresso contínuo de novas demandas durante toda a vigência contratual.

Diante desse volume processual, a Administração possui o dever de estabelecer requisitos mínimos capazes de assegurar a adequada execução do contrato e a proteção dos interesses da Companhia. A exigência de quantitativo mínimo de profissionais não visa restringir a competitividade, mas garantir que os licitantes possuam capacidade operacional compatível com a magnitude dos serviços a serem prestados, reduzindo riscos de perda de prazos, falhas de acompanhamento processual, ausência em audiências e comprometimento da qualidade da defesa judicial da CEDAE.

A gestão de milhares de processos simultâneos exige não apenas a elaboração de peças processuais, mas também controle de publicações, cumprimento de prazos, alimentação de sistemas gerenciais, atendimento de diligências urgentes, realização de audiências, acompanhamento de perícias, elaboração de relatórios e interação permanente com a fiscalização contratual e com o corpo jurídico interno da Companhia. Nesse contexto, a manutenção de equipe mínima revela-se medida indispensável para evitar o colapso operacional da prestação dos serviços e assegurar níveis mínimos de eficiência e qualidade.

Importa destacar que a legalidade dessa exigência já foi apreciada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro no âmbito do Processo nº 116.440-0/18, que analisou questionamentos semelhantes formulados em face de edital da própria CEDAE. Na ocasião, a Corte de Contas não identificou qualquer ilegalidade na estipulação de quantitativos mínimos de equipe técnica vinculados à execução dos serviços advocatícios contratados, reconhecendo a discricionariedade técnica da Administração para definir requisitos compatíveis com a natureza, a complexidade e a extensão do objeto licitado.

Além disso, a exigência não impõe vínculo empregatício prévio nem obriga o licitante a manter integralmente essa estrutura antes da contratação. O que se exige é a demonstração de capacidade de mobilização da equipe mínima necessária para execução do contrato, em consonância com o porte do acervo processual a ser administrado. Trata-se de medida proporcional, razoável e diretamente relacionada ao objeto licitado.

Dessa forma, considerando o expressivo volume de processos abrangidos pela

contratação, a necessidade de assegurar adequada capacidade operacional dos futuros contratados e a própria orientação anteriormente adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conclui-se que a exigência de equipe mínima de 10 advogados e 4 auxiliares é plenamente legítima e indispensável à adequada execução dos serviços, não havendo fundamento para sua supressão ou alteração.

Não há falar em barreira financeira de entrada ou descumprimento de diretrizes de controle. O Edital exige estritamente uma declaração firmada de que o licitante disporá da referida estrutura física com espaço para fiscalização no momento da contratação. A exigência visa resguardar a eficiência do patrocínio perante o vultoso acervo cível, garantindo agilidade para diligências presenciais urgentes e guarda segura de autos.

Como a estrutura é exigida apenas para a assinatura da avença, ela ampara-se no poder do administrador de ditar as características e cautelas indispensáveis à fiel execução do serviço.

8. Atestado correspondente a 50% do lote (Item 10.2.3.1, alínea "g.1")

A impugnação não merece prosperar. A exigência prevista no item 10.2.3.1, alínea "g.1", possui fundamento direto na necessidade de assegurar que os futuros contratados detenham capacidade técnico-operacional compatível com a magnitude do objeto licitado. Não se trata de requisito arbitrário, mas de mecanismo destinado a comprovar que a sociedade licitante já administrou, de forma satisfatória, volume processual expressivo e compatível com aquele que assumirá após a contratação.

A presente licitação envolve um acervo de aproximadamente 15.883 processos judiciais, distribuídos em três lotes, o que representa cerca de 5.294 processos sob responsabilidade de cada contratado, além do ingresso contínuo de novas demandas durante toda a vigência contratual. Nesse cenário, a comprovação de experiência prévia em gestão simultânea de aproximadamente 2.647 processos corresponde a percentual razoável e proporcional à dimensão do objeto, revelando-se indispensável para reduzir riscos operacionais, evitar perdas de prazo e assegurar a adequada prestação dos serviços.

A alegação de ausência de motivação técnica também não procede. O quantitativo exigido decorre precisamente da necessidade de demonstrar que a sociedade licitante possui estrutura administrativa, sistemas de controle, processos internos e equipe capacitada para absorver imediatamente um acervo de elevada complexidade e volumetria. A experiência anterior em gestão simultânea de grande quantidade de processos constitui elemento objetivo de aferição da capacidade operacional da pessoa jurídica, não se confundindo com a qualificação individual dos profissionais que integram sua equipe.

No julgamento do Recurso de Reconsideração no Processo nº 238.394-6/18, o TCE-RJ sedimentou que exortar uma estrutura administrativa mínima de suporte "*BackOffice*" é medida razoável e necessária para a prestação eficiente de serviços advocatícios de grande porte.

Equipes administrativas qualificadas garantem a robustez operacional da banca. Considerando que cada lote gerenciará um contingente fixo estimado em 5.294 processos ativos mensais, o estabelecimento de 10 advogados e 4 auxiliares administrativamente qualificados é técnico,

proporcional e indispensável para mitigar o risco de perda de prazos.

Importa destacar que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro já enfrentou questionamento substancialmente idêntico no Processo nº 116.440-0/18. Naquela oportunidade, a Corte reconheceu que a comprovação da capacidade técnico-operacional visa demonstrar que a sociedade de advogados, enquanto unidade econômica organizada, possui experiência efetiva na execução de serviços compatíveis em características, quantidade e complexidade com o objeto licitado. O TCE-RJ ressaltou, ainda, que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade operacional, desde que observados critérios de razoabilidade e pertinência com o objeto da contratação.

Naquele julgamento, o TCE-RJ também observou que a exigência de quantitativos expressivos é especialmente justificável em contratações envolvendo acervos processuais de grande porte, concluindo que requisitos dessa natureza não configuram restrição indevida à competitividade quando guardam correspondência com a realidade operacional dos serviços licitados. O Tribunal destacou, inclusive, que a experiência anterior não deve ultrapassar, como regra geral, 50% do objeto, patamar que se encontra plenamente observado no presente edital.

Além disso, não procede a alegação de que o edital impediria o aproveitamento de experiências acumuladas em contratos distintos. Ao contrário, o próprio instrumento convocatório admite expressamente o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, desde que reste demonstrada a simultaneidade da prestação dos serviços. A exigência de simultaneidade é imprescindível, pois o objetivo do requisito não é aferir mera experiência acumulada ao longo do tempo, mas comprovar que a sociedade licitante efetivamente possui capacidade para administrar, de forma concomitante, elevado volume de processos, situação que reproduz a realidade operacional da contratação pretendida.

Dessa forma, a cláusula impugnada revela-se proporcional, tecnicamente justificada e compatível com a jurisprudência dos Tribunais de Contas. A exigência de comprovação de experiência correspondente a 50% do lote não restringe indevidamente a competitividade, mas constitui instrumento legítimo para assegurar que os futuros contratados possuam capacidade operacional compatível com a elevada complexidade e volumetria do contencioso judicial da CEDAE.

No Âmbito do Processo nº 116.440-0/18 do TCE/RJ, restou assentado:

Preliminarmente, verifica-se que a exigência se refere à capacitação operacional, com fim de demonstrar que a sociedade de advogados está consolidada e estruturada, não só quanto aos aspectos físicos, como também no que se refere a expertise relativa aos serviços. A respeito dos assuntos abordados na representação, é conveniente destacar que há diferença entre os critérios de qualificação técnica, que devem ser estipulados em função do art. 30 da Lei 8.666/1993, e a atribuição de pontos para a proposta técnica numa licitação de “técnica e preço”, efetuada com base no inciso III do parágrafo 1º do art. 45 da mesma lei. Cabe ressaltar que a verificação da capacitação técnico-operacional da licitante envolve a comprovação de que a sociedade de advogados, no caso em exame, como unidade econômica, já executou, de modo satisfatório, atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação. A par disso, o TCU tem entendido que é cabível a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante atestados, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de exigências de quantitativos mínimos e prazos máximos para essa comprovação, desde que demonstrada a adequação e pertinência de tal exigência em relação ao objeto licitado (Acórdão 1417/2008-TCU-Plenário – sumário). Nessa linha, o posicionamento do Tribunal é no sentido de que as exigências de qualificação técnico-operacional devem ser estipuladas em percentuais razoáveis (Acórdão 1088/2004-TCU-Plenário e Acórdão 697/2006-TCU-Plenário). Conforme já destacado nesta instrução, os escritórios contratados deverão assumir o patrocínio imediato de 22.000

(vinte e dois mil) processos (11.000 por escritório), além de uma média de 280 (duzentas e oitenta) iniciais mensais novas recebidas na Assistência Especial de Contencioso de Massa e de Contencioso Cível Estratégico. A exigência de comprovação de experiência e aptidão da sociedade licitante em quantidade que demonstre o patrocínio simultâneo de 2.200 ações alcança 20% do total por escritório, respectivamente, em relação ao quantitativo de serviço que será assumido imediatamente com a assinatura do contrato e aquele que poderá aumentar com acréscimos de ações no curso da vigência contratual. Pode-se citar a jurisprudência do TCU, no sentido de que a experiência anterior não deve ultrapassar 50% do objeto. Essa regra, contudo, não é absoluta, pois a Corte se pauta pela razoabilidade no caso concreto (Súmula TCU nº 263). Destaca-se o seguinte julgado do TCU (Acórdão nº 3104/2013 – TCU – Plenário): “Constitui irregularidade a exigência, em edital de procedimento licitatório, de comprovação de capacidade técnico-operacional em percentual mínimo superior a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância da obra ou serviço, salvo em casos excepcionais, cujas justificativas deverão estar tecnicamente explicitadas no processo administrativo anterior ao lançamento do respectivo edital, ou no próprio edital e seus anexos, em observância ao inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal; inciso I do § 1º do art. 3º e inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93”. Há que se destacar que o serviço envolve diversos tipos de ações cíveis, de diferentes níveis de complexidade, a serem patrocinadas em diversas comarcas do RJ. Deve-se ressaltar, adicionalmente, que o item 8.3.5.1 do Edital admitiu, também, a apresentação de mais de um atestado a ser fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, o que permite que as licitantes possam somar os quantitativos de processos de mais de um cliente, não sendo necessário que as 2.200 ações se refiram a um único contrato. Portanto, conclui-se, neste ponto específico da representação, a exigência em questão não restringe, de forma desarrazoada, a competitividade do certame.

9. Atuação simultânea em 30 municípios do RJ (Item 10.2.3.1, alínea "i")

A impugnação não merece acolhimento. Atualmente o contencioso da Companhia encontra-se distribuído em mais de 64 municípios do Estado do Rio de Janeiro. A exigência prevista no item 10.2.3.1, alínea “i”, não tem por finalidade privilegiar escritórios locais ou criar reserva de mercado, mas assegurar que os futuros contratados possuam experiência comprovada na gestão descentralizada de demandas judiciais distribuídas em diversas regiões do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de requisito diretamente relacionado à natureza e à extensão do objeto licitado, que envolve a administração de um expressivo acervo processual espalhado por inúmeras comarcas fluminenses.

A CEDAE historicamente presta serviços de saneamento de forma capilarizada em dezenas de municípios do Estado, circunstância que naturalmente se reflete na distribuição territorial de seu contencioso judicial.

A adequada execução do contrato exige não apenas conhecimento jurídico, mas também capacidade logística, estrutura operacional, mecanismos de controle e coordenação aptos a garantir atendimento simultâneo a demandas provenientes de diferentes localidades, com realização de audiências, diligências, perícias, inspeções judiciais e demais atos processuais distribuídos por todo o território fluminense.

Nesse contexto, a exigência de histórico de atuação em, no mínimo, 30 municípios não se confunde com mera preferência por escritórios sediados no Rio de Janeiro. O que se busca aferir é a efetiva demonstração de capacidade operacional para administrar, de forma simultânea e descentralizada, elevado volume de processos em diferentes regiões geográficas. A experiência pretérita constitui elemento objetivo de comprovação dessa capacidade, revelando que a sociedade licitante já enfrentou desafios semelhantes aos que encontrará na execução do contrato.

A alegação de que a capacidade operacional futura poderia ser demonstrada apenas por declarações ou compromissos abstratos ignora que a Administração possui o dever de verificar, previamente, se os licitantes efetivamente dispõem de experiência compatível com a complexidade do objeto. Em contratos de grande porte, a simples afirmação de capacidade futura não oferece o mesmo grau de segurança que a demonstração concreta de desempenho já realizado em condições semelhantes.

A legalidade dessa exigência já foi expressamente apreciada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo nº 116.440-0/18. Na ocasião, a Corte examinou questionamento idêntico referente à exigência de comprovação de capacidade de deslocamento por meio de ações patrocinadas perante as Justiças Comum, Federal e do Trabalho em, no mínimo, 30 municípios do Estado do Rio de Janeiro, concluindo pela sua regularidade.

O Tribunal reconheceu que o debate deve ser solucionado mediante a ponderação entre a necessária competitividade do certame e a indispensável comprovação da aptidão técnica dos licitantes, assentando que são legítimas as exigências de qualificação técnica e operacional quando necessárias e adequadas à natureza e à extensão do objeto contratado.

Ao validar a cláusula, o TCE-RJ reconheceu que requisitos dessa natureza não configuram restrição indevida à competição quando guardam relação direta com as necessidades concretas da contratação. No caso da CEDAE, a atuação descentralizada em diversas comarcas e municípios constitui característica inerente ao próprio objeto licitado, justificando plenamente a exigência de experiência prévia compatível.

A legalidade e a razoabilidade desse requisito territorial específico já foram exaustivamente declaradas e mantidas pelo Plenário do TCE-RJ em múltiplos julgados conexos à CEDAE, processos nº 116.440-0/18, nº 238.394-6/18 e nº 103.337-2/17. Sabendo que a CEDAE atua de forma capilarizada em dezenas de municípios fluminenses, a comprovação de histórico de atuação descentralizada é indispensável para testificar a capacidade logística do licitante. Essa medida impede prejuízos financeiros severos à Companhia decorrentes do não comparecimento do patrono a audiências de conciliação obrigatórias, art. 334, §8º do CPC espalhadas pelo estado.

Dessa forma, a comprovação de atuação simultânea em 30 municípios do Estado do Rio de Janeiro representa critério legítimo de aferição da capacidade operacional e logística das sociedades licitantes, revelando-se proporcional à dimensão do contrato, necessária à adequada execução dos serviços e compatível com o entendimento já consolidado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, razão pela qual não há fundamento para sua exclusão ou substituição.

10. Distribuição do acervo por “melhor conveniência” (Itens 2.1.1 e 2.1.4)

Inicialmente, cumpre esclarecer que a expressão “melhor conveniência”, constante dos itens 2.1.1 e 2.1.4 do Edital, não confere à Administração liberdade irrestrita para distribuir ou redistribuir processos segundo critérios subjetivos ou arbitrários. A interpretação da cláusula deve ocorrer em conjunto com o restante do instrumento convocatório, que estabelece parâmetros objetivos de desempenho, limites quantitativos expressos e mecanismos de fiscalização destinados a assegurar a adequada execução contratual.

A regra geral do Edital é a distribuição inicial isonômica do acervo processual

entre os três escritórios contratados, atribuindo-se aproximadamente 33,33% dos processos a cada contratado. Trata-se de divisão previamente conhecida por todos os licitantes, que dispõem de informações suficientes para dimensionar suas equipes, estimar seus custos e formular suas propostas econômicas. A distribuição equilibrada do acervo constitui, portanto, a premissa básica da modelagem contratual.

A possibilidade de ajustes posteriores possui natureza excepcional e decorre da própria necessidade de gestão eficiente de um dos maiores contenciosos judiciais do Estado do Rio de Janeiro. A execução contratual abrangerá aproximadamente 15.883 processos judiciais, distribuídos por diversas comarcas e sujeitos a constantes alterações de volume, complexidade, litigiosidade e necessidade de acompanhamento especializado. Em contratações dessa magnitude, a Administração possui o dever de adotar instrumentos que permitam corrigir eventuais distorções operacionais verificadas ao longo da execução contratual, sempre em busca da melhor prestação dos serviços e da proteção do interesse público.

Nesse contexto, eventual redistribuição do acervo não decorrerá de juízo discricionário desvinculado de parâmetros verificáveis, mas estará necessariamente vinculada a critérios objetivos relacionados à execução contratual, tais como cumprimento de prazos, qualidade técnica dos trabalhos apresentados, aderência às diretrizes institucionais da Companhia, capacidade de absorção de novas demandas, produtividade e desempenho contratual aferido pela fiscalização. Trata-se de elementos concretos e mensuráveis, diretamente relacionados à adequada execução dos serviços contratados.

Além disso, o próprio Edital estabelece importante mecanismo de contenção ao prever que a diferença quantitativa entre os lotes não poderá ultrapassar o limite máximo de 10% do acervo originalmente distribuído. Tal limitação impede qualquer alteração substancial da matriz econômica do contrato, preserva a isonomia entre os contratados e assegura a previsibilidade necessária para a adequada formulação das propostas. Assim, ainda que haja ajustes pontuais de distribuição, permanece íntegra a essência da divisão originalmente estabelecida.

Importa destacar que a adoção de mecanismos de redistribuição baseados em desempenho encontra fundamento direto nos princípios da eficiência, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa, previstos no art. 31 da Lei nº 13.303/2016. A Administração não apenas pode, como deve, estruturar seus contratos de forma a incentivar a prestação eficiente dos serviços e permitir a adoção de medidas corretivas quando identificadas diferenças relevantes de desempenho entre os contratados.

A experiência acumulada pela CEDAE em sucessivas contratações de escritórios especializados demonstra que a gestão de grandes carteiras processuais exige certo grau de flexibilidade administrativa para acomodar situações supervenientes verificadas durante a execução contratual.

Diferenças de produtividade, índices de cumprimento de prazos, qualidade das manifestações processuais e capacidade de resposta a demandas urgentes são circunstâncias que somente podem ser adequadamente avaliadas após o início da execução dos serviços.

Impedir qualquer mecanismo de ajuste significaria engessar a gestão contratual e limitar a capacidade da Administração de promover a melhoria contínua da prestação dos serviços.

Por fim, a redistribuição não altera a remuneração unitária contratada, apenas

o quantitativo de processos dentro da faixa de variação previamente prevista no edital. Assim, não há quebra da equação econômico-financeira nem surpresa para o licitante.

Dessa forma, os itens 2.1.1 e 2.1.4 não instituem critério subjetivo ou arbitrário de distribuição de processos, mas estabelecem mecanismo legítimo de gestão contratual, fundado em parâmetros objetivos de desempenho, sujeito a limites quantitativos previamente definidos e compatível com os princípios da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

11. Vedações amplas ao exercício profissional (Itens 6.5, alínea "i" e 10.2.1, "c" e "d")

A impugnação não merece acolhimento. As restrições previstas nos itens 6.5, alínea "i", e 10.2.1, alíneas "c" e "d", do Edital não constituem limitações arbitrárias ao exercício da advocacia, mas legítimos mecanismos de proteção institucional destinados a resguardar a integridade da atuação jurídica da CEDAE, a confidencialidade das informações estratégicas da Companhia e a prevenção de situações de conflito de interesses incompatíveis com a natureza dos serviços contratados.

A contratação pretendida não envolve mera prestação de serviços advocatícios pontuais, mas a gestão de um dos maiores contenciosos judiciais do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo aproximadamente 15.883 processos, acesso irrestrito a bancos de teses institucionais, estratégias processuais, pareceres internos, informações operacionais, dados regulatórios, políticas de acordos, critérios de provisionamento, fluxos de atuação e discussões jurídicas sensíveis relacionadas à atividade-fim da Companhia. A relação contratual pressupõe elevado grau de confiança, cooperação e compartilhamento de informações estratégicas entre a CEDAE e os escritórios contratados.

Nesse contexto, revela-se incompatível com os deveres de lealdade, confiança e confidencialidade que o mesmo escritório atue simultaneamente em demandas contrárias à CEDAE ou represente agentes econômicos cujos interesses sejam potencialmente antagônicos aos da Companhia. A vedação não decorre de mera preocupação concorrencial, mas da necessidade de evitar situações em que o contratado tenha acesso privilegiado a informações estratégicas de uma parte enquanto atua, direta ou indiretamente, em benefício de interesses contrapostos.

Cumprido destacar que a restrição possui fundamento não apenas nos princípios que regem as contratações públicas, especialmente os princípios da eficiência, moralidade, boa-fé e proteção do interesse público, mas também nos próprios deveres éticos inerentes ao exercício da advocacia. A confiança constitui elemento essencial da relação advogado-cliente, sendo legítimo que a Administração Pública exija dos seus representantes judiciais padrão de independência e exclusividade compatível com a sensibilidade das informações e dos interesses envolvidos.

No que se refere especificamente à vedação de representação de concessionárias de saneamento atuantes no Estado do Rio de Janeiro, a medida mostra-se ainda mais justificada. Trata-se de agentes econômicos que atuam no mesmo setor regulado, sujeitos a discussões jurídicas, regulatórias e contratuais frequentemente relacionadas às atividades da própria CEDAE. O compartilhamento involuntário de conhecimento estratégico, a utilização cruzada de teses jurídicas, o acesso a informações privilegiadas e a potencial influência sobre definições processuais constituem riscos concretos que a Administração tem o dever de prevenir.

Não procede, portanto, a alegação de que o Edital deveria limitar a vedação apenas a conflitos já materializados em processos específicos. A gestão de riscos inerente à contratação pública autoriza a adoção de medidas preventivas voltadas justamente a evitar o surgimento de conflitos futuros, sobretudo em contratos que envolvem atuação continuada, acesso a informações estratégicas e relacionamento institucional de longo prazo. Exigir que a Administração aguarde a concretização do conflito para somente então adotar providências equivaleria a esvaziar a própria finalidade preventiva da cláusula.

Importa observar, ainda, que as restrições questionadas não impedem o exercício da advocacia nem inviabilizam a atuação profissional dos escritórios interessados. Apenas estabelecem condição específica para contratação com a CEDAE, cuja observância decorre da natureza singular dos serviços licitados e da necessidade de proteção dos interesses institucionais da Companhia. O escritório permanece livre para exercer sua atividade profissional em quaisquer outras áreas ou segmentos de mercado, cabendo-lhe apenas optar entre a manutenção de determinadas representações e a participação no certame.

A modelagem licitatória visa conciliar a ampliação da disputa com a preservação do interesse público primário e a higidez do pacto contratual. Restrições direcionadas a escritórios que litigam ativamente contra a CEDAE ou patrocina simultaneamente concessionárias concorrentes de saneamento na mesma base geográfica encontram perfeito amparo na necessidade de prevenção a conflitos de interesses.

O resguardo do sigilo de dados corporativos e o alinhamento ético-estratégico da banca são obrigações de fidelidade técnico-jurídica indispensáveis ao fiel cumprimento do contrato.

As concessionárias privadas de saneamento submetem-se à mesma agência reguladora, aos mesmos marcos regulatórios e frequentemente figuram em discussões jurídicas envolvendo contratos de concessão, compartilhamento de infraestrutura, equilíbrio econômico-financeiro e responsabilidades operacionais, circunstâncias que potencializam a ocorrência de conflitos de interesse.

Dessa forma, as vedações previstas no Edital mostram-se proporcionais, razoáveis e diretamente vinculadas à prevenção de conflitos de interesses reais ou potenciais, à proteção de informações estratégicas e à preservação da confiança necessária à execução contratual, não configurando restrição indevida à competitividade nem violação ao livre exercício profissional.

12. Honorários de sucumbência (Item 2.5)

No que se refere ao pedido de esclarecimento acerca da repartição dos honorários sucumbenciais prevista no item 2.5 do Edital, cumpre destacar, inicialmente, que a condução dos processos objeto da contratação não será realizada de forma exclusiva pelos escritórios contratados, mas em regime de atuação integrada, coordenada e colaborativa com o corpo jurídico interno da CEDAE.

A percepção de honorários sucumbenciais por advogados públicos e por advogados vinculados a entidades integrantes da Administração Pública indireta encontra-se amplamente reconhecida pela ordem jurídica brasileira. O art. 85, §19, do Código de Processo Civil dispõe expressamente que:

“Os advogados públicos perceberão honorários de sucumbência, nos termos da lei.”

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a ADI nº 6.053, reconheceu a constitucionalidade da percepção de honorários sucumbenciais por advogados públicos. Especificamente quanto aos advogados empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, o STF, ao apreciar a ADI nº 1.552-MC/DF, assentou a incidência do regime jurídico próprio das empresas privadas, nos termos do art. 173, §1º, inciso II, da Constituição Federal.

A matéria também foi examinada pelo Tribunal de Contas da União no processo referente ao Banco do Brasil (TC 018.515/2014-2), oportunidade em que se discutiu a legitimidade do pagamento e do rateio de honorários sucumbenciais entre advogados empregados da estatal e advogados contratados para atuação conjunta.

Na oportunidade, consignou o TCU:

“Quanto à cláusula de rateio dos honorários de sucumbência em favor dos advogados empregados do Banco do Brasil que atuem de forma compartilhada com os advogados contratados (terceirizados), o acordo firmado entre associação e a estatal legitimou tal procedimento (...). Tal conclusão foi endossada também por pareceres da Serur, da então Secex-RJ e do Parquet especializado.”

Prossegue o acórdão afirmando:

“O Ministério Público de Contas (...) pronunciou-se favoravelmente a esse direito com base no art. 85, § 19, do Código de Processo Civil (...) e nas disposições do art. 173, §1º, II, da Constituição Federal (...), concluindo que a regulamentação da percepção de honorários de sucumbência pode ser realizada mediante normas, acordos trabalhistas e regulamentos próprios da entidade, como é o caso do Banco do Brasil.”

Ao final, concluiu a Corte de Contas:

“Destarte, alinho-me igualmente às análises e conclusões da fase instrutória quanto ao ponto questionado.”

Observa-se, portanto, que o Tribunal de Contas da União reconheceu expressamente a legitimidade do compartilhamento de honorários sucumbenciais quando houver atuação conjunta entre advogados empregados da estatal e advogados contratados, exatamente a hipótese disciplinada pelo edital.

A sistemática de repartição dos honorários sucumbenciais prevista no item 2.5 do Edital encontra justificativa direta na própria forma de execução dos serviços jurídicos contratados. Diferentemente de contratações em que o escritório terceirizado atua de forma autônoma e independente, o modelo adotado pela CEDAE é estruturado sobre regime de atuação compartilhada entre os escritórios contratados e o corpo jurídico permanente da Companhia, circunstância que faz com que os resultados processuais obtidos sejam fruto da atuação conjunta de ambas as estruturas.

Com efeito, os escritórios contratados não receberão simplesmente um conjunto de processos para condução isolada. A execução contratual pressupõe permanente interação com os advogados da CEDAE, que exercem atividades essenciais à condução do contencioso, incluindo a elaboração e atualização de bancos de teses institucionais, a definição de estratégias processuais, a emissão de pareceres jurídicos, a uniformização de entendimentos, a supervisão técnica das demandas, a orientação quanto às diretrizes corporativas da Companhia e o acompanhamento dos temas de maior relevância econômica, regulatória e institucional.

Grande parte dos êxitos processuais obtidos pela Companhia decorre justamente da construção histórica dessas teses institucionais desenvolvidas ao longo de décadas pelo seu corpo jurídico próprio. Questões de elevada relevância para a CEDAE, como temas tarifários, responsabilidade civil, cobrança de serviços de saneamento, demandas coletivas, matérias regulatórias e controvérsias envolvendo concessionárias, são conduzidas com base em entendimentos consolidados e estratégias jurídicas construídas internamente, que são disponibilizadas e compartilhadas com os escritórios contratados para assegurar tratamento uniforme e defesa coordenada dos interesses da Companhia.

Além disso, compete ao corpo jurídico interno a análise de matérias estratégicas, a definição de posicionamentos institucionais, a aprovação de teses jurídicas sensíveis, a orientação sobre acordos, a interlocução com as áreas técnicas da Companhia e a supervisão da atuação dos escritórios contratados. Trata-se, portanto, de atividade jurídica efetiva e substancial, sem a qual não seria possível alcançar os resultados processuais que eventualmente geram honorários sucumbenciais.

Nesse contexto, a verba sucumbencial não pode ser compreendida como resultado exclusivo da atuação da sociedade contratada. Ao contrário, constitui produto da conjugação de esforços entre os advogados externos e a estrutura jurídica permanente da Companhia, que participa ativamente da construção da estratégia processual, da produção dos subsídios técnicos e jurídicos e da condução institucional das demandas. A repartição prevista no Edital apenas reflete essa realidade operacional, reconhecendo a contribuição efetiva de ambos os atores para a obtenção dos resultados processuais favoráveis.

Foi precisamente essa lógica que foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União ao apreciar o TC nº 018.515/2014-2, relativo ao Banco do Brasil. Naquela oportunidade, o TCU reputou legítima a cláusula de rateio dos honorários de sucumbência entre advogados empregados da estatal e advogados contratados para atuação compartilhada, registrando expressamente que o acordo firmado entre a entidade representativa dos advogados e a empresa pública legitimava a repartição da verba honorária quando os resultados processuais decorressem da atuação conjunta das estruturas interna e terceirizada.

Sob o aspecto jurídico, a destinação de 50% dos honorários sucumbenciais aos escritórios contratados e de 50% à ADVCEDAE encontra respaldo em ato formal de governança da Companhia, consubstanciado em Resolução de Diretoria aprovada em 19/06/2024 e em acordo específico celebrado em 17/07/2024. Tratando-se a CEDAE de sociedade de economia mista dotada de corpo jurídico próprio, a definição da destinação dessas verbas integra a esfera de autonomia administrativa, contratual e de governança da entidade, especialmente em modelo de prestação de serviços que pressupõe atuação compartilhada entre advogados externos e internos.

A sistemática adotada também não produz qualquer impacto negativo sobre a competitividade do certame nem compromete o equilíbrio econômico-financeiro da contratação. A remuneração principal dos escritórios decorre dos valores pagos pela efetiva prestação dos serviços contratados, sendo os honorários sucumbenciais receita eventual, acessória e incerta, cuja percepção depende de fatores alheios ao contrato, tais como o êxito processual da demanda, a fixação judicial da verba honorária e a efetiva recuperação dos valores devidos.

Por essa razão, a sucumbência não constitui elemento essencial da equação econômico-financeira do contrato, tampouco representa parcela significativa do potencial econômico da contratação. Ao contrário, trata-se de receita extraordinária, secundária e aleatória, incapaz de influenciar de forma relevante a formulação das propostas comerciais. Não por outra razão, não se identificou qualquer impacto concreto da sistemática de rateio na formação dos preços estimados ou na atratividade do certame.

Além disso, a cláusula observa integralmente os princípios da publicidade, transparência e isonomia. O Edital informa de forma clara, prévia e objetiva o percentual dos honorários sucumbenciais que caberá aos escritórios contratados, permitindo que todos os licitantes conheçam antecipadamente as condições econômicas da contratação. Dessa forma, cada concorrente possui plenas condições de incorporar essa variável à sua matriz de risco, à sua estratégia empresarial e à composição de seus custos, formulando proposta compatível com as suas expectativas de rentabilidade.

Não há, portanto, qualquer obscuridade ou insuficiência de informação na cláusula questionada. O fundamento jurídico da repartição encontra-se amparado na estrutura de governança da Companhia e na atuação compartilhada entre os escritórios contratados e o corpo jurídico interno da CEDAE, enquanto sua repercussão econômico-financeira mostra-se plenamente transparente, previsível e incapaz de gerar desequilíbrio contratual ou restrição à competitividade. Por essas razões, a disciplina constante do item 2.5 do Edital revela-se legítima, adequada e compatível com a natureza dos serviços jurídicos contratados.

Frise-se que a sistemática de repartição dos honorários sucumbenciais não constitui inovação do presente certame, tendo sido adotada em licitações anteriores da Companhia e expressamente analisada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer apontamento de irregularidades.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, as exigências contidas no instrumento convocatório revelam-se

estritamente proporcionais, motivadas e em perfeita harmonia com a Lei Federal nº 13.303/2016 e com as necessidades específicas do contencioso cível da Companhia.

Assim, opina-se pelo **CONHECIMENTO E NÃO ACOLHIMENTO** da impugnação apresentada por *Martinez & Martinez Advogados Associados*, mantendo integralmente os termos do Edital de Licitação NI nº 005/2026.

Rio, 11/06/2026.

Rio de Janeiro, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Rafael de Amorim Lima, Gerente**, em 11/06/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ayrton Oliveira Ribeiro, Chefe de Departamento**, em 11/06/2026, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi Reis Miranda Filho, Chefe de Departamento**, em 11/06/2026, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alciane Sara Bordin, Coordenadora**, em 11/06/2026, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **134003554** e o código CRC **2E137FFB**.

Referência: Processo nº SEI-150017/005141/2026

SEI nº 134003554

Avenida Presidente Vargas, 2655 - Bairro Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20210-030

Telefone: